



EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP SGT/2017

EAP 3º SGT QPPM

(Edital n. 04/2017, de 15 de março de 2017, retificado pelo ato de retificação 01 de 19/05/2017)

NOME: _____.

CPF: _____ **IDENTIDADE:** _____.

CIDADE PROVA: _____ **SALA:** _____.

ESCOLA: _____ **DATA: 15/07/2017.**

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Prova sem consulta.
3. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cento) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
5. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
6. Não será admitido qualquer tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização da prova será de 03 (três) horas, incluindo o preenchimento da folha de respostas. Com início às 8h30min e término às 11h30min.
8. É proibido o porte/posse de lápis, lapiseiras e similares, além de borracha durante a realização das provas, bem como a sua utilização durante o horário previsto para a resolução da prova.
9. É também vedado o porte/posse de aparelhos e equipamentos eletrônicos, telefones celulares, computadores, relógios de qualquer tipo, alarmes de veículos e similares.
10. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, após transcorrido o tempo mínimo de 01h (uma hora), e devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas e o caderno de provas, devidamente preenchidos conferidos e assinados.

Assinatura do Candidato

1ª QUESTÃO – Nos termos da **Lei n. 5.301/1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG)** e considerando a carreira militar, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Militar da reserva é o que, tendo prestado serviço na ativa, passa à situação de desobrigado definitivo para com o serviço.
- B. () No decorrer de sua carreira pode o militar encontrar-se na ativa, na reserva, reconvocado para o serviço ativo ou na situação de reformado.
- C. () A carreira na PMMG, para o cargo de oficiais e praças, exceto especialistas, é privativa de brasileiros natos ou naturalizados.
- D. () Militar da ativa é o que, ingressando na carreira policial-militar, faz dela profissão, até ser transferido para a reserva, reformado ou excluído.

2ª QUESTÃO – Em relação à **Lei n. 5.301/1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG)**, analise as assertivas e, a seguir, marque a alternativa **CORRETA**:

- I - A precedência funcional estabelecida em lei ou decreto sobrepõe à precedência hierárquica por antiguidade.
 - II - A data de nascimento é um dos critérios considerados para regular a antiguidade de cada graduação no âmbito da Polícia Militar.
 - III - Para fins da organização anual do “almanaque” das praças, não há distinção entre Praças da Polícia Militar e Praças Especialistas da Polícia Militar.
 - IV - Graduação é o grau hierárquico das praças, conferido pelo Governador do Estado.
- A. () Apenas as assertivas I e IV são falsas.
 - B. () Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
 - C. () As assertivas II, III e IV são falsas.
 - D. () As assertivas I, II e IV são verdadeiras.

3ª QUESTÃO – A respeito das vantagens atribuídas ao pessoal da Polícia Militar e, considerando o que estabelece a **Lei n. 5.301/1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Os adicionais por quinquênio vencido, o auxílio invalidez e adicional de desempenho (ADE), são vantagens constantes.
- B. () O auxílio moradia, o abono fardamento e as diárias são vantagens transitórias.
- C. () O auxílio invalidez e o quantitativo para funeral são vantagens ocasionais.
- D. () A ajuda de custo e o abono familiar são vantagens especiais.

4ª QUESTÃO – No que diz respeito à função policial militar regulada pela **Lei n. 5.301/1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () A função policial militar é exercida por oficiais e praças da Polícia Militar, com a finalidade precípua de restabelecer a ordem pública e segurança interna, através de ações de natureza exclusivamente policiais em todo o território do Estado.
- B. () A função policial militar é exercida por oficiais e praças da Polícia Militar, com a finalidade de preservar, manter e restabelecer a ordem pública e segurança interna, através de ações de natureza exclusivamente militares em todo o território do Estado.
- C. () A função policial militar é exercida por oficiais e praças da Polícia Militar, com a finalidade de preservar, manter e restabelecer a ordem pública e segurança interna, através das várias ações policiais ou militares, em todo o território do Estado.
- D. () A função policial militar é exercida por oficiais e praças da Polícia Militar, com a finalidade exclusiva de restabelecer a ordem pública e a segurança interna, através das várias ações policiais ou militares, em todo o território do Estado.

5ª QUESTÃO – Considerando o previsto na **Lei n. 5.301/1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Vencimentos ou vencimento é o quantitativo em dinheiro devido ao militar em serviço ativo, na reserva ou reformado.
- B. () Os militares da reserva ou reformados podem ser proibidos de usar uniformes, temporária ou definitivamente, em virtude da prática de atos indignos, por decisão do Comandante Geral.
- C. () Os militares da reserva ou reformados podem ser proibidos de usar uniformes, temporária ou definitivamente, em virtude da prática de atos indignos, por decisão do Corregedor da Instituição Militar ou pelo respectivo Diretor de Recursos Humanos.
- D. () Vencimentos ou vencimento é o quantitativo em dinheiro devido ao militar em serviço ativo ou na reserva.

6ª QUESTÃO – Nos termos da **Instrução Conjunta de Corregedorias n. 02/2014 (ICCPM/BM)**, que estabelece padronização sobre as atividades de Polícia Judiciária Militar no âmbito da PMMG, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () No caso de prisão em flagrante pela prática de crime militar, o condutor poderá ser qualquer militar que tenha tomado conhecimento dos fatos, não tendo aplicação a regra de que deva ser o militar que deu voz de prisão em flagrante e apresentou o autor do crime militar à autoridade competente.
- B. () A prisão em flagrante, exceto nos casos de crimes militares, poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as garantias constitucionais do preso.

- C. () O militar que praticar fato tipificado como infração penal, comum ou militar, estando em situação de flagrância, deverá ser preso e apresentado, imediatamente, ao Comandante da Unidade a que estiver subordinado.
- D. () Quando um subordinado der voz de prisão em flagrante delito a um superior, aquele deverá reter o preso no local até que este possa ser conduzido por um militar mais antigo ou seu superior hierárquico.

7ª QUESTÃO – Nos termos da **Instrução Conjunta de Corregedorias n. 02/2014 (ICCPM/BM)**, que estabelece padronização sobre as atividades de Polícia Judiciária Militar no âmbito da PMMG, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () A audição simultânea de pessoas, no curso das investigações policiais militares só tem cabimento nos casos de testemunhas, não se admitindo quando da oitiva de investigados/conduzidos e de vítimas.
- B. () A notícia de fato previsto como crime doloso contra a vida, praticado por militar em serviço ou agindo em razão da função, contra civil, será investigada pela Polícia Judiciária comum haja vista cuidar-se de crime cuja competência para o processo e julgamento estar afeta à justiça comum e não à justiça militar.
- C. () A notícia de fato previsto como crime doloso contra a vida, praticado por militar em serviço ou agindo em razão da função, contra civil, será investigada pela Polícia Judiciária Militar por intermédio do IPM ou APF.
- D. () Não se admite, em hipótese alguma, no curso das investigações policiais militares a audição simultânea de pessoas haja vista o impedimento normativo para a atuação de escrivães “ad hoc”.

8ª QUESTÃO – Tendo por referência o conteúdo da **Instrução Conjunta de Corregedorias n. 02/14 – ICCPM/BM/2014**, analise as assertivas abaixo e assinale **(V)** para as assertivas verdadeiras ou **(F)** para as falsas. Em seguida, marque a alternativa que apresenta a **CORRETA** sequência de respostas na ordem de cima para baixo:

- () No caso de um IPM que tramita em “segredo de justiça” e que tem como investigado um 1º Sgt PM e como escrivão um 2º Sgt PM, o escrivão não poderá tomar conhecimento de todo o teor dos autos.
- () O emprego de força só é permitido quando indispensável, no caso de desobediência, resistência ou tentativa de fuga
- () Nas ocorrências em que a intervenção policial resulte morte de qualquer pessoa, a Central de Operações da IME, por meio do Coordenador do turno, a Delegacia de área ou equivalente deverá ser cientificada imediatamente.
- () Em se tratando de crime militar e na total impossibilidade de comparecimento da perícia técnica da Polícia Civil, a Autoridade de Polícia Judiciária Militar deverá ser cientificada.
- () Em situações definidas como crime militar, caso haja a lavratura do boletim de ocorrência, este será, em regra, endereçado à Autoridade de Polícia Judiciária Militar competente para lavratura do APF.

- A. () F, V, V, V, F.
- B. () F, V, F, V, V.
- C. () V, F, V, F, F.
- D. () V, F, F, V, V.

9ª QUESTÃO – Considerando o disposto na **Lei Estadual n. 14.310/2002 (Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais – CEDM)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () A reforma disciplinar compulsória consiste em uma medida excepcional, de conveniência da administração, que culmina no afastamento do militar, de ofício, do serviço ativo da Corporação, pelo reiterado cometimento de faltas ou pela sua gravidade, quando contar pelo menos 10 (dez) anos de efetivo serviço.
- B. () O CEDM aplica-se aos militares da ativa e, nos casos expressamente mencionados no Código, aos militares da reserva remunerada, não alcançando, contudo, os Coronéis Juizes do Tribunal de Justiça Militar Estadual, regidos por legislação específica e os militares reformados.
- C. () A competência para aplicar sanção disciplinar, no âmbito da PMMG, é atribuição inerente ao cargo e não ao grau hierárquico, sendo deferida, dentre outras autoridades, ao Corregedor da IME, em relação a todos os militares sujeitos ao CEDM.
- D. () Além de outras previstas em leis e regulamentos especiais, são recompensas militares o elogio, a dispensa de serviço, a anulação de punições e consignação de nota meritória.

10ª QUESTÃO – Em relação às comunicações, às queixas disciplinares e ao relatório reservado, previstos na **Lei Estadual n. 14.310/2002 (Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais – CEDM)**, analise as assertivas e, a seguir, marque a alternativa **CORRETA**:

- I - A autoridade que receber o relatório reservado, quando não lhe couber apurar os fatos, dar-lhe-á o devido encaminhamento, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.
 - II - A comunicação será clara, concisa e precisa, sem comentários ou opiniões pessoais, e conterá os dados que permitam identificar o fato e as pessoas ou coisas envolvidas, bem como o local, a data e a hora da ocorrência.
 - III - Queixa é a comunicação interposta pelo militar indiretamente atingido por ato pessoal que repute irregular ou injusto.
 - IV - Por decisão da autoridade superior e desde que haja solicitação do querelante, este poderá ser afastado da subordinação direta da autoridade contra quem formulou a queixa, até que esta seja decidida.
- A. () Apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras.
 - B. () Apenas as assertivas I e IV são falsas.
 - C. () Apenas as assertivas II, III e IV são falsas.
 - D. () Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.

11ª QUESTÃO – Considerando o disposto no **Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais (MAPPA)**, aprovado pela **Resolução Conjunta n. 4.220/2012**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () São proibidas de depor as pessoas que devam guardar segredo em razão de função, ministério, ofício ou profissão, em relação à respectiva matéria e fato acusatório, ainda que desobrigadas pela parte interessada e mesmo querendo dar o seu testemunho.
- B. () Se, no decorrer do processo, o encarregado verificar a existência de indícios contra militar possuidor de precedência hierárquica, o encarregado poderá continuar a apuração até o final, ouvindo outras testemunhas e colhendo as demais provas, e, então, em tópico apartado do respectivo relatório, demonstrar o tipo transgressional, em tese, praticado pelo militar possuidor da precedência hierárquica.
- C. () A autoridade militar que mandar instaurar o RIP não precisa, necessariamente, deter poder hierárquico sobre o(s) militar(es) envolvido(s), bastando que exerça comando, direção ou chefia no local onde o fato ocorrer, sendo, no mínimo, comandante de pelotão.
- D. () A carta Precatória é o documento que tem por objetivo requisitar diligência que deva ser cumprida em localidade diversa daquela em que foi instaurado o processo ou procedimento administrativo, aplicada inclusive ao sindicato e aos acusados em PAD, PADS ou PAE.

12ª QUESTÃO – Conforme previsto no previsto no **Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais (MAPPA)**, aprovado pela **Resolução Conjunta n. 4.220/2012**, são causas de justificação ou de absolvição que motivam e fundamentam o parecer e/ou o julgamento e possibilitam, legalmente, arquivar os autos, sem responsabilização do investigado/acusado:

- I - Motivo de força maior ou caso fortuito, plenamente comprovado, ou evitar mal maior, dano ao serviço ou à ordem pública.
- II - Estar provada a inexistência do fato ou não haver prova da sua existência ou não constituir o fato transgressão disciplinar ou, ainda, não existir prova suficiente para o enquadramento disciplinar.
- III - Não existir prova de ter o acusado concorrido para a transgressão disciplinar ou estar provado que o acusado não concorreu para a transgressão disciplinar.
- IV - Existir circunstância que exclua a ilicitude do fato ou a culpabilidade ou imputabilidade do acusado.

Analise as assertivas e, a seguir, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Apenas as assertivas I e IV são falsas.
- B. () Apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras.
- C. () Apenas as assertivas II e III são falsas.
- D. () Todas as assertivas são verdadeiras.

13ª QUESTÃO – Considerando o disposto na **Instrução Conjunta de Corregedorias n. 01/2014 (Padroniza as atividades administrativas e disciplinares)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () A ausência de autenticação (“confere com o original”) em cópias de documentos juntados aos autos dos processos e procedimentos disciplinares torna o documento de origem duvidosa ou inidônea.
- B. () Mesmo ocorrendo a identidade entre transgressão disciplinar e o crime militar, seja ele próprio ou não, em face da independência e da concomitância das esferas, configura *bis in idem* a punição na seara administrativa pelas transgressões residuais que aflorarem no mesmo fato.
- C. () A disponibilidade cautelar assegura ao militar a percepção de vencimento, mas não das vantagens integrais do cargo.
- D. () As autoridades delegantes, encarregados, assessores e os que tiverem acesso aos autos de processos e procedimentos administrativos deverão abster-se de proceder qualquer destaque por meio da utilização de canetas esferográficas, marca texto ou similar.

14ª QUESTÃO – Acerca dos comentários às transgressões disciplinares, previstos na **Instrução Conjunta de Corregedorias n. 01/2014 (Padroniza as atividades administrativas e disciplinares)**, analise as assertivas e, a seguir, marque a alternativa **CORRETA**:

- I - Constitui transgressão disciplinar o ato de referir-se de modo depreciativo a outro militar, a autoridade e a ato da administração pública. No caso da depreciação a outro militar, esta pode ser exteriorizada por qualquer meio, a exemplo da carta anônima, blog, mensagem de e-mail, SMS, redes sociais ou, também, oralmente.
 - II - Constitui transgressão disciplinar o ato de fazer uso do posto ou da graduação para obter ou permitir que terceiros obtenham vantagem pecuniária indevida. A vantagem indevida pessoal ou de terceiro há de ser pecuniária, ou seja, a vantagem deve ser, necessariamente, em dinheiro.
 - III - Constitui transgressão disciplinar demonstrar desídia no desempenho das funções, caracterizada por fato que revele desempenho insuficiente, desconhecimento da missão, afastamento injustificado do local ou procedimento contrário às normas legais, regulamentares e a documentos normativos, administrativos ou operacionais. No instante do cometimento da transgressão, deverá o militar estar de serviço ou deve a transgressão ser cometida em razão de sua função policial ou bombeiro militar.
 - IV - Constitui transgressão disciplinar deixar de observar princípios de boa educação e correção de atitudes. Para a configuração desta transgressão nas situações da vida particular do militar, a conduta praticada deve causar reflexos negativos para a Instituição Militar Estadual, o que será avaliado por meio de um ponderado senso de razoabilidade.
- A. () Apenas as assertivas I, II e IV são falsas.
 - B. () Todas as assertivas são verdadeiras.
 - C. () Apenas as assertivas I, III e IV são verdadeiras.
 - D. () Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.

15ª QUESTÃO – Considerando o disposto na **Instrução Conjunta de Corregedorias n. 03/2014 (estabelece o alcance do disposto nos artigos 174 e 175, caput, do Manual de Processos e Procedimentos Administrativos - MAPPA)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () A concessão de licença saúde ao militar acusado não conduz, necessariamente, à paralisação do respectivo processo disciplinar, tendo em vista que, além de não constituir causa legal de suspensão da prescrição da pretensão punitiva os seus efeitos se ligam especificamente à vedação do cumprimento do serviço de natureza policial ou bombeiro militar.
- B. () Ao militar com licença saúde que, devidamente notificado acerca de sua participação facultativa aos atos de instrução do processo disciplinar de qualquer natureza, não vier a comparecer, terá, preliminarmente, este ato suspenso e adiado.
- C. () Quando notificado para comparecer no dia e local determinado pelo Encarregado do processo/procedimento administrativo, ao militar acusado notificado será garantido o exercício do direito à não autoincriminação – direito de não constituir prova contra si – como, por exemplo, permanecer em silêncio, de não postar para reconhecimento pessoal, de não fornecer material para fins de perícia e, inclusive, não ser obrigado a se fazer presente no local determinado.
- D. () O CEDM ou MAPPA não exigem nos processos não demissionários a presença do acusado durante a realização dos atos de instrução, cujo contraditório poderá, se preferir, ser exercido pelo defensor constituído. Tal regra não vale para os processos demissionários.

16ª QUESTÃO – Considerando o disposto na **Instrução Conjunta de Corregedorias n. 04/2014 (estabelece nova redação ao art. 54 da ICCPM/BM 01/2014)** e na **Instrução Conjunta de Corregedorias n. 05/2014 (estabelece novo entendimento sobre o enquadramento da conduta do militar que falta ao serviço decorrente do cumprimento de sanção disciplinar ou de decisão judicial)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () O militar deve ser o responsável, de forma segura e não acessível a outros, pela guarda da chave ou segredo do cadeado utilizado para o trancamento da porta do armário cedido pela Administração, exceto no caso de férias ou licenças legais.
- B. () Em hipótese alguma, a Administração pode exigir a abertura do armário cedido por ela, ainda que para fins de realização de vistorias periódicas.
- C. () O militar deve abster, em razão da sua vulnerabilidade, da guarda de valores elevados em dinheiro, munição ou armamento particular no armário cedido pela Administração.
- D. () A conduta do militar que faltar ao serviço, cuja escala advenha do cumprimento de sanção disciplinar de prestação de serviço, prevista no art. 24, III, do Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM), ou de decisão judicial, enquadra-se na transgressão disciplinar capitulada no art. 13, XX, do CEDM, qual seja, faltar ao serviço.

17ª QUESTÃO – A respeito do pagamento de ajuda de custo e seu regramento **Lei n. 5.301/1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () A ajuda de custo compor-se-á de uma parte fixa e de outra variável.
- B. () Caso o militar se desloque por motivo de interesse próprio, o pagamento de ajuda de custo fica condicionado à comprovação dos gastos e estes gastos não podem exceder à remuneração básica do interessado.
- C. () Nos casos em que o militar é movimentado por interesse da disciplina, o pagamento da ajuda de custo será feito à proporção de 50 % (cinquenta por cento) da remuneração básica.
- D. () Nos casos de movimentação por necessidade do serviço, a ajuda de custo será paga no limite de duas vezes a remuneração básica do interessado.

18ª QUESTÃO – Considerando o disposto na **Lei Estadual n. 14.310/2002 (Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais – CEDM)**, sobre o Processo Administrativo-Disciplinar (PAD) e o Processo Administrativo-Disciplinar Sumário (PADS), marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Será submetido a PADS ou PAD, o militar, com menos de três anos de efetivo serviço ou com no mínimo três anos de efetivo serviço respectivamente, que vier a cometer nova falta disciplinar grave, se classificado no conceito “C”, ou praticar ato que afete a honra pessoal ou o decore da classe, independentemente do conceito em que estiver classificado.
- B. () Somente o Comandante-Geral poderá conceder o benefício da suspensão da demissão pelo período de um ano, caso o militar tenha sido submetido a PAD com base no cometimento de nova falta disciplinar grave, estando classificado no conceito “C”.
- C. () A Comissão de Processo Administrativo-Disciplinar (CPAD) será nomeada e convocada pelo Comandante-Geral, pelo Chefe do Estado-Maior (ou por sua determinação), pelo Comandante Regional (ou autoridade com atribuição equivalente) ou pelo Corregedor da Instituição Militar Estadual.
- D. () Os autos que concluírem pela reforma disciplinar compulsória de militar da ativa serão encaminhados ao Subcomandante-Geral para decisão.

19ª QUESTÃO – Considerando o disposto no **Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais (MAPPA)**, aprovado pela **Resolução Conjunta n. 4.220/2012**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Durante a elaboração do relatório da SAD, o sindicante deverá considerar, formalmente, pelo menos a maioria dos pontos abordados pela defesa, concordando ou discordando, motivadamente, de cada um deles, agrupados ou individualmente.
- B. () A SAD instaurada em virtude de acidente com viatura visa apurar, exclusivamente, o dano causado à viatura utilizada pela Instituição Militar Estadual, bem como a responsabilidade pelo ressarcimento ao erário ou ao particular, além de propiciar subsídios a eventuais responsabilizações civis dos envolvidos.

- C. () O discente, que era civil antes do início do curso de formação, que omitir declaração que devia constar, ou inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita no Formulário para Ingresso na Instituição Militar Estadual (FIC), com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, será submetido a Processo Administrativo Disciplinar Sumário (PADS).
- D. () A Sindicância Administrativa Disciplinar (SAD) é uma modalidade de processo disciplinar acusatório, tendo por finalidade apurar a autoria, a materialidade e o nexo de causalidade de transgressões disciplinares praticadas por militares estaduais no exercício ou não de suas funções, de maneira rápida e padronizada.

20ª QUESTÃO – A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** e, tendo-se por referência a atividade policial militar, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou por determinação judicial, sendo dia ou noite.
- B. () Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- C. () Constitui crime inafiançável e imprescritível a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes, o terrorismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- D. () Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que autorizado pelo órgão municipal e/ou policial competente e desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

21ª QUESTÃO – A respeito dos princípios que regem a administração pública, assim definidos na **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- B. () A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, proporcionalidade e eficiência.
- C. () A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, razoabilidade e eficiência.
- D. () A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, indispensabilidade e eficiência.

22ª QUESTÃO – Tendo-se por referência o regramento estabelecido na **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** a respeito aos Militares Estaduais, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- B. () Aos militares dos Estados é admitida a sindicalização, porém, é vedada a possibilidade de greve.
- C. () A lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou perigo de lesão a direito e, nesse sentido a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura ao policial militar a impetração de *habeas corpus* no que se refere à punições disciplinares militares.
- D. () Os direitos, deveres, prerrogativas e obrigações dos Militares Estaduais estão diretamente relacionados às definições que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura à qualquer servidor público dos Estados e do Distrito Federal.

23ª QUESTÃO – A **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** define que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos e é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Elenca, ainda, em seu **Art. 144 Caput** os Órgãos responsáveis pelas atividades de Segurança Pública. Nesse contexto, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () São órgãos responsáveis pela segurança pública: polícia federal, polícia rodoviária federal, força nacional, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- B. () São órgãos responsáveis pela segurança pública: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- C. () São órgãos responsáveis pela segurança pública: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícias civis, Guardas Municipais, polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- D. () São órgãos responsáveis pela segurança pública: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícias civis, sistema penitenciário, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

24ª QUESTÃO – Considerando os dispositivos que estabelecem os tipos penais militares, assim definidos no **Código Penal Militar (CPM)**, enumere a segunda coluna de acordo com a primeira e, a seguir, responda o que se pede.

- | | |
|---|--|
| (1) Guarnição PM composta por um 3º Sgt e dois Cb, após armarem e equiparem na intendência, negam-se a cumprir ordem do CPU no sentido de assumirem o registro de uma ocorrência de trânsito. | () Crime de violência contra superior. |
| (2) Cb PM que, ao ser abordado por uma guarnição PM, agride o 3º Sgt Cmt da Guarnição com um empurrão, jogando-o ao chão. | () Crime de oposição à ordem da sentinela |
| (3) Cb PM que, estando de serviço com um Sd PM no policiamento a pé, ao ser questionado por um 3º Sgt PM Cmt de Viatura a respeito do não uso da boina, dirige-se ao 3º Sgt, em presença do Sd, nos seguintes termos: <i>“que canseira, o Sr não tem mais o que fazer?”</i> . | () Crime de desrespeito a superior |
| (4) 3º Sgt PM que atua no COPOM, durante o serviço, estando armado, ao receber ordem do Coordenador para assumir outra cabine de rádio, dirige-se a ele dizendo que “não deixará a cabine que está acostumado a trabalhar”. | () Crime de recusa de obediência |
| (5) Sd PM escalado na sentinela da APM dá ordem a um 3º Sgt PM para não adentrar com veículo ao quartel em razão da realização de uma solenidade. O 3º Sgt ignora a fala do Sd e adentra ao quartel com seu veículo. | () Crime de revolta |

Marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () 5, 4, 3, 1, 2.
 B. () 2, 5, 3, 5, 1.
 C. () 3, 5, 4, 1, 2.
 D. () 2, 5, 3, 4, 1.

25ª QUESTÃO – Nos termos do **Código Penal Militar (CPM)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Em um turno de serviço onde estão escaladas cinco guarnições comandadas por 3º Sgt PM, a definição de superior hierárquico, para fins de aplicação da Lei Penal Militar, se dá considerando-se a antiguidade na graduação, de sorte que o 3º Sgt PM mais antigo será considerado superior hierárquico em relação aos demais.

- B. () 3º Sgt PM Sargenteante da Companhia é considerado superior hierárquico a outro 3º Sgt PM Comandante de Guarnição, desde que pertencentes à mesma Companhia PM, para fins da aplicação da Lei Penal Militar.
- C. () Em uma Operação Policial cuja equipe é composta por quatro 3º Sgt PM e dez Cabo/Soldados, o 3º Sgt PM que figurar na escala na condição de Comandante da Operação é considerado superior hierárquico aos demais 3º Sgt PM da equipe, para fins de aplicação da Lei Penal Militar.
- D. () 3º Sgt PM que exerce as funções de coordenador de turno de serviço em uma determinada Unidade PM é considerado superior hierárquico aos demais 3º Sgt da Unidade, independente de trabalharem no mesmo turno de serviço.

26ª QUESTÃO – Nos termos do **art. 9º do Código Penal Militar (CPM)**, que trata dos crimes militares em tempo de paz, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Considera-se crime militar apenas o fato praticado por militar em situação de atividade contra militar na mesma situação ou praticado por militar em serviço ou atuando em razão da função contra civil.
- B. () Consideram-se crimes militares os crimes de que trata o Código Penal Militar, quando praticados por militares em serviço ou com emprego de armamento vinculado ao patrimônio da respectiva Instituição Militar.
- C. () Considera-se crime militar apenas o fato praticado por militar da ativa em desfavor de militar da ativa ou da reserva remunerada, quer seja em serviço ou atuando em razão do serviço.
- D. () Consideram-se crimes militares os crimes de que trata o Código Penal Militar, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial.

27ª QUESTÃO – Considerando o que prevê o **Código de Processo Penal (CPP)** a respeito da prisão em flagrante, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Quando da lavratura do Auto de Prisão em Flagrante, o Delegado de Polícia deve observar uma ordem na oitiva das pessoas, sendo que as testemunhas serão as primeiras a serem ouvidas.
- B. () Durante patrulhamento pela área central de Uberlândia, uma guarnição PM aborda um veículo e, durante as buscas, encontra em seu interior 10 Kg de Maconha e com o condutor do veículo um revólver calibre .38 com a numeração raspada. No momento da abordagem e da busca, nenhuma pessoa presenciou a apreensão dos objetos e a voz de prisão em flagrante. Ainda assim, tem cabimento a lavratura do Auto de Prisão em Flagrante uma vez que a falta de testemunha que tenha presenciado os fatos não impede tal procedimento.
- C. () Durante patrulhamento pela área central de Montes Claros, uma guarnição PM aborda um veículo e, durante as buscas, encontra em seu interior 10 Kg de Maconha e com o condutor do veículo um revólver calibre .38 com a numeração raspada. No momento da abordagem e da busca, nenhuma pessoa presenciou a apreensão dos objetos e a voz de prisão em flagrante. Nesse caso, para que seja lavrado o Auto de Prisão em Flagrante, a guarnição terá de encontrar pessoas que se disponham a testemunhar, uma vez que a falta de testemunha vicia o procedimento de lavratura do Auto de Prisão em Flagrante.

- D. () Quando da lavratura do Auto de Prisão em Flagrante, o Delegado de Polícia deve observar uma ordem na oitiva das pessoas, sendo que o preso será o primeiro a ser ouvido.

28ª QUESTÃO – Considerando o que prevê o **Código de Processo Penal Militar (CPPM)** a respeito da designação do escrivão do IPM, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Em um IPM onde um Subtenente PM figura como investigado, é possível a designação de um 3º Sgt PM para atuar como escrivão.
- B. () A designação de escrivão para atuar no IPM deve respeitar a estrutura hierárquica militar e, por assim ser, a Lei Processual Penal Militar veda a designação de militar de posto ou graduação inferior à do investigado.
- C. () Em um IPM onde um Subtenente PM figura como investigado, o escrivão deve ser escolhido, necessariamente, dentre os demais Subtenentes da Unidade, independente da antiguidade entre o escrivão e o investigado.
- D. () A designação de escrivão para atuar no IPM deve respeitar a estrutura hierárquica militar e, por assim ser, a Lei Processual Penal Militar veda a designação de militar mais moderno que o investigado.

29ª QUESTÃO – Considerando o disposto no **Decreto-Lei n. 1.001/1969 (Código Penal Militar – CPM)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Para configurar o crime militar de dormir em serviço (art. 203 do CPM), é necessário que o autor (sujeito ativo) esteja em serviço, como oficial de quarto ou de ronda, ou em situação equivalente, ou, não sendo oficial, em serviço de sentinela, vigia, plantão às máquinas, ao leme, de ronda ou em qualquer serviço de natureza semelhante, e aja com dolo ou, pelo menos, culpa.
- B. () No crime militar de Ofensa Aviltante a Inferior (art. 176 do CPM), o ato de violência é elementar do tipo penal.
- C. () O crime militar de embriaguez no serviço (art. 202 do CPM) somente se configura quando o militar se embriaga durante o decorrer do serviço.
- D. () O crime militar de abandono de posto (art. 195 do CPM) configura-se apenas em relação aos militares que exercem a atividade de sentinela ou em patrulhamento (policimento ostensivo).

30ª QUESTÃO – Em relação ao instituto da deserção, prevista no **Decreto-Lei n. 1.001/1969 (Código Penal Militar – CPM)**, analise as assertivas e, a seguir, marque a alternativa **CORRETA**:

- I - Todos os casos assimilados a deserção (art. 188 do CPM) possuem período de graça.
- II - Se o militar ausentar-se, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por menos de oito dias, não incorrerá em deserção simples (art. 187 do CPM), pois o fato é atípico, e a conduta poderá ser considerada, apenas, transgressão disciplinar.

- III - O militar que evade do poder da escolta ou foge em seguida à prática de crime para evitar prisão, permanecendo ausente por mais de oito dias, também se enquadra em uma das espécies de deserção.
- IV - O militar que consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade, incorre nas mesmas penas da deserção.
- A. () Apenas as assertivas II, III e IV são verdadeiras.
- B. () Apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras.
- C. () Todas as assertivas são verdadeiras.
- D. () Apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.

31ª QUESTÃO – Considerando o disposto no **Decreto-Lei n. 2.848/1940 (Código Penal – CP)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () O Código Penal Brasileiro adota, tanto para a consideração do tempo do crime, quanto para o lugar do crime, a teoria da atividade.
- B. () No caso da estrita obediência a ordem, o superior hierárquico, autor da ordem, é o único punido se esta for manifestamente ilegal ou não manifestamente ilegal.
- C. () O policial militar, em relação as suas atribuições legais que ensejam deveres de cuidado, proteção ou vigilância, enquadra-se no caso em que a omissão é penalmente relevante, ou seja, quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- D. () O agente, nos casos de excludentes de ilicitude, responderá pelo excesso doloso ou culposo apenas em relação aos fatos praticados em legítima defesa ou estado de necessidade.

32ª QUESTÃO – Em relação aos crimes contra a pessoa, previstos no **Decreto-Lei n. 2.848/1940 (Código Penal – CP)**, analise as assertivas e, a seguir, marque a alternativa **CORRETA**:

- I - O Código Penal considera qualificado, dentre outras hipóteses, o homicídio praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino (feminicídio).
- II - Considera-se o crime de desobediência quando alguém se opõe à execução de ato legal mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.
- III - Aquele que agencia, alicia, recruta, transporta, transferir, compra, aloja ou acolhe pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo, de submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo, de submetê-la a qualquer tipo de servidão, de adoção ilegal ou de exploração sexual, incorre no crime de tráfico de pessoas.
- IV - Todos os crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria) admitem a chamada exceção da verdade, ou seja, é permitido ao autor (sujeito ativo) demonstrar e provar que os fatos imputados à vítima (sujeito passivo) são verdadeiros.
- A. () Apenas as assertivas I, e III são verdadeiras.
- B. () Apenas as assertivas I, II e IV são falsas.
- C. () Apenas as assertivas II, III e IV são falsas.
- D. () Todas as assertivas são verdadeiras.

33ª QUESTÃO – Considerando o disposto no **Decreto-Lei n. 2.848/1940 (Código Penal – CP)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Considera-se prevaricação, o crime, levado a efeito por funcionário público, que retarda ou deixa de praticar ato de ofício, ou pratica o delito contra disposição expressa de lei.
- B. () Considera-se, conforme o caso, concussão ou corrupção ativa, solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
- C. () Considera-se crime de corrupção de menores, induzir alguém, maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, a satisfazer a lascívia própria ou alheia.
- D. () No crime de estupro, é possível que, tanto os autores (sujeito ativo) quanto as vítimas (sujeito passivo), sejam homens ou mulheres.

34ª QUESTÃO – O **Caderno Doutrinário 1 (Intervenção Policial, Processo de Comunicação e Uso de Força)**, que cuida da Intervenção Policial, do Processo de Comunicação e do Uso de Força, aponta alguns conceitos a serem aplicados na atividade policial militar. A respeito desses conceitos, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () O uso diferenciado de força caracteriza-se pelo uso de força de maneira seletiva.
- B. () Não há distinção entre resistência ativa e resistência passiva, uma vez que nas duas situações o abordado, com seu comportamento, coloca em risco a integridade física do policial militar.
- C. () Uma pessoa que durante uma abordagem policial acata todas as determinações do policial militar, se encaixa no conceito de “abordado cooperativo ou resistente passivo”
- D. () Uso diferenciado de Força é sinônimo de uso progressivo de força.

35ª QUESTÃO – Nos termos do **Caderno Doutrinário 1 (Intervenção Policial, Processo de Comunicação e Uso de Força)**, que cuida da Intervenção Policial, do Processo de Comunicação e do Uso de Força, são princípios do uso de Força:

- A. () Legalidade, indisponibilidade, intranscendência.
- B. () Legalidade, moralidade, publicidade.
- C. () Legalidade, necessidade e proporcionalidade.
- D. () Legalidade, impessoalidade e razoabilidade.

36ª QUESTÃO – O Caderno Doutrinário 2 (Tática Policial, Abordagem a Pessoas e Tratamento às Vítimas), descreve as posições básicas para se utilizar o armamento de porte durante as intervenções policiais. A respeito do tema, analise as assertivas e, a seguir, marque a alternativa **CORRETA**:

- I - **Posição 1** - arma localizada: O policial militar levará a mão até o punho da arma, e a manterá no coldre desabotoado. Tal posição tem o objetivo de reduzir o tempo de reação do policial militar e passar ao abordado a possível intenção de usar a arma.
 - II - **Posição 2** – guarda baixa: o policial militar manterá os braços ligeiramente flexionados, à frente e próximos ao corpo; estará com a arma empunhada destravada (fora do coldre), posicionada na altura do abdômen com o cano voltado para baixo e, como medida de segurança, manterá o dedo indicador fora do gatilho, na mesma direção do cano.
 - III - **Posição 3** – guarda alta: o policial militar manterá os braços à frente do corpo, ligeiramente flexionados. A arma estará empunhada abaixo da linha dos ombros (altura do tórax), e o cano ficará voltado para frente.
 - IV - **Posição 4** – pronta-resposta: a arma será apontada diretamente para o abordado.
- A. () Apenas as assertivas I e IV são falsas.
 - B. () Todas as assertivas são verdadeiras.
 - C. () Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
 - D. () Apenas as assertivas I e II são falsas.

37ª QUESTÃO – Considerando o disposto no Caderno Doutrinário 3 (Blitz Policial), marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Aos policiais envolvidos em operação de trânsito (blitz) são atribuídas funções específicas, como a de Comandante, de Seleccionador, de Vistoriador e de Segurança, sendo vedado, contudo, o acúmulo de duas funções pelo mesmo militar.
- B. () Considerando o princípio da segurança, é vedada a realização de operações tipo blitz policial no período noturno com apenas dois PM.
- C. () No caso de recusa do condutor a ser submetido ao teste de alcoolemia, a infração poderá ser caracterizada mediante a obtenção de outras provas acerca dos notórios sinais de embriaguez, que deverão ser descritos na ocorrência ou em termo específico, registrando-se a recusa do condutor em se submeter aos exames previstos no ordenamento jurídico e descrevendo os sintomas que demonstram efeitos de álcool ou substância psicoativa.
- D. () Disparos de dentro da viatura policial em movimento ou contra veículos em fuga são terminantemente vedados.

38ª QUESTÃO – Considerando o disposto na **Diretriz n. 3.01.01/2016 – CG (Diretriz Geral para Emprego Operacional da PMMG – DGEOP)**, que regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Entende-se, por uso diferenciado de força, o resultado escalonado das possibilidades da ação policial, diante de uma potencial ameaça a ser controlada. Obrigatoriamente, o nível de intensidade menor deve passar para o grau imediatamente maior, sem um salto do degrau intermediário (ex.: não se pode, por exemplo, “saltar” do controle de contato diretamente para o disparo de arma de fogo).
- B. () A presença ostensiva, correta e vigilante do militar nas zonas quentes de criminalidade inibe a ação do delinquente, entretanto, apesar desta presença policial reduzir os riscos criminais, causa um clima de desconforto e insegurança no seio da comunidade ordeira, que pode ficar incomodada com a atuação desses policiais.
- C. () O tempo decorrido entre o recebimento de uma solicitação e a transmissão da ocorrência a uma Unidade ou fração deve ser o mínimo necessário, desde que, primeiro, seja confirmada a solicitação para depois acionar uma guarnição.
- D. () O estado de Minas Gerais apresenta realidades bastante heterogêneas. A PMMG deve procurar respeitar os costumes e o modo de vida de cada comunidade, adequando a eles suas atividades operacionais, sem ultrapassar, entretanto, os parâmetros legais e as diretrizes emanadas pelo Comando-Geral.

39ª QUESTÃO – Em relação as atividades de coordenação e controle, previstas na **Diretriz n. 3.01.01/2016 – CG (Diretriz Geral para Emprego Operacional da PMMG – DGEOP)**, que regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais, analise as assertivas e, a seguir, marque a alternativa **CORRETA**:

- I - A atividade-fim é o conjunto de esforços de execução, que visam a alcançar os objetivos da Corporação, decorrentes de sua missão institucional, subdividindo-se em atividade de linha (emprego diretamente relacionado ao público) e atividade auxiliar (emprego em apoio imediato à atividade de linha, como, por exemplo, coordenadores e equipes dos centros e salas de operações, e plantões de salas de operações das frações destacadas).
 - II - Considera-se controle o acompanhamento das atividades da Corporação, por todos os que exercem comando, chefia ou direção, de forma a assegurar o recebimento, a compreensão e o cumprimento das decisões do escalão superior, pelo órgão considerado, possibilitando, ainda, identificar e corrigir desvios.
 - III - O coordenador do turno operacional, seja ele oficial ou graduado, é o principal propulsor da atividade operacional da Unidade/fração. O seu grau de iniciativa, dedicação e empenho, influenciará de forma decisiva no desempenho e comportamento dos militares sob o seu comando.
 - IV - Atividade-meio é o conjunto de esforços de planejamento e de apoio, que permitam ou facilitem a realização da atividade-fim da Corporação.
- A. () Apenas as assertivas I, II e IV são falsas.
 - B. () Todas as assertivas são verdadeiras.
 - C. () Apenas as assertivas II, III e IV são falsas.
 - D. () Apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.

40ª QUESTÃO – Considerando o disposto na **Diretriz n. 3.01.01/2016 – CG (Diretriz Geral para Emprego Operacional da PMMG – DGEOP)**, que regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais, marque a alternativa **CORRETA** sobre a estrutura organizacional:

- A. () Além do esforço ordinário, as Unidades de área possuirão, em sua estrutura básica, um primeiro esforço de recobrimento, representado, no caso dos Batalhões, por Companhias Tático Móvel; e nas Companhias Independentes, por um Pelotão Tático Móvel.
- B. () A PMMG adota um modelo territorial que consiste na divisão do estado de Minas Gerais em espaços geográficos, denominados Regiões, Áreas, Subáreas, Setores, Subsetores Primários e Subsetores Secundários (ou Subsetores subordinados), de responsabilidade de Regiões da Polícia Militar (RPM), Batalhões, Companhias Independentes, Companhias, Pelotões, Grupos PM e Subgrupos PM.
- C. () Dentre outros requisitos, para a criação de fração de Operações Especiais, os Oficiais e Praças que atuam na área operacional da Unidade devem possuir o Curso de Operações Especiais (COEsp) reconhecidos pela Polícia Militar de Minas Gerais, podendo, em casos excepcionais, este ser substituído pelo curso de Procedimentos ROTAM e o curso de Operações de Controle de Distúrbios.
- D. () O Policiamento Especializado é o tipo de policiamento voltado para a atuação em eventos de vulto e recobrimento em ocorrências de maior complexidade, que por sua dimensão ou repercussão extrapolem a capacidade de atuação do Policiamento Ostensivo Geral, contemplando o 1º, 2º e 3º esforços de recobrimento, conforme o caso.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Corte aqui

RASCUNHO – GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40